

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N.121/2023 – CONSUP/IFPR**

ANEXO II

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - ESPECIALIZAÇÃO
“EDUCAÇÃO, GESTÃO E O MUNDO DO TRABALHO”, CAMPUS AVANÇADO
CORONEL VIVIDA**

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA
1.1 Número do processo
23411.009548/2022-01
1.2 Campus
Campus Avançado Coronel Vivida
1.3 Nome do curso
Educação, gestão e o mundo do trabalho
1.4 Área de avaliação (CAPES)
Colégio: Multidisciplinar (90000005)
Grande Área: Interdisciplinar (90100000)
Área de conhecimento: Sociais e Humanidades (90192000)
1.5 Linhas de Pesquisa
<p>1. Gestão, desenvolvimento e sustentabilidade A linha de pesquisa “Gestão, desenvolvimento e sustentabilidade” busca compreender e problematizar questões relativas à gestão nas mais variadas esferas, ao desenvolvimento e à sustentabilidade em seu sentido amplo. Por isso, fomenta-se, nesta linha, pesquisas que potencializam a reflexão sobre o mundo do trabalho a partir do viés da gestão, do desenvolvimento e do exercício da sustentabilidade.</p> <p>Professores: Dra. Jaiarys Capa Bataglin Dra. Leomara Battisti Telles Me. Lucas Colferai Me. Jucilene de Souza Stumpf</p> <p>2. Mundo do trabalho, cidadania e Direitos Humanos A linha de pesquisa “Mundo do trabalho, cidadania e Direitos Humanos” busca compreender e problematizar a formação do ser humano a partir da concepção histórica e social do trabalho e da luta pelos direitos humanos e sociais. Por isso,</p>

tencionamos fomentar pesquisas que potencializam a reflexão sobre o mundo do trabalho a partir do viés do pensamento crítico, da liberdade das ações e do exercício da cidadania.

Professores:

Dra. Candida Joelma Leopoldino

Dr. Daniel Salesio Vandresen

Dr. Evandro Marcos Leonardi

Me. Paulo de Oliveira Fortes Junior

3. Educação, linguagens e tecnologias

A linha de pesquisa “Educação, linguagem e tecnologias” busca problematizar, analisar e compreender processos educativos na perspectiva da interação e da comunicação, com sujeitos que aprendem a conhecer e a aprender por meio do diálogo, como seres humanos, sociais e culturais. Nesse sentido, acolhe e desenvolve investigações voltadas a contextos educacionais formais e não formais, especialmente relacionados à formação de professores, à linguagem, à aprendizagem e ao ensino de língua e de literatura, à cultura digital e às tecnologias.

Professores:

Dra. Jessica Paula Vescovi

Dra. Katyuscia Sosnowski

Dra. Thiana Nunes Cella

Me. Lucas Colferai

1.6 Coordenação do Curso

Dra. Jessica Paula Vescovi

1.7 Vice-coordenação do Curso

Dra. Katyuscia Sosnowski

2. DADOS DO CURSO

2.1 Tipo de curso: Especialização, conforme Lei n. 9394/96 e Resolução CNE/CES nº 1/2018

2.2 Relação com o itinerário formativo do campus

O campus avançado Coronel Vivida atualmente oferta dois cursos técnicos integrados ao ensino médio, **Administração e Cooperativismo**, os quais estão inseridos no Eixo

Gestão e Negócios. Ademais, está prevista, para o ano letivo de 2024, a oferta do Curso Tecnólogo em **Gestão Financeira**, também inserido no eixo supracitado. Nesse sentido, a oferta do curso de Especialização em **Educação, Gestão e o Mundo do trabalho** vem ao encontro da premissa da verticalização promovida pelos institutos federais, especialmente pelo fato de ser um curso interdisciplinar, que pode abranger, além dos estudantes egressos do campus, estudantes de outras instituições que buscam um aperfeiçoamento.

2.3 Vagas ofertadas

a) Mínimo: 20 vagas (Resolução Consup/IFPR n.121/2023)

b) Máximo: 30 vagas

2.4 Público-alvo

Diplomados em curso de graduação (bacharelado, licenciatura, tecnologia) no eixo de gestão e negócios e/ou educação ou áreas afins.

2.5 Modalidade

Presencial

Presencial com parte da carga horária a distância

A distância

2.6 Tipo de oferta

Aberta ao público

Turma exclusiva

Em caso de turma exclusiva, informar a instituição parceira e o termo de convênio/cooperação:

Não há.

2.7 Periodicidade de oferta

Anual

2.8 Local de realização do curso

Instituto Federal do Paraná (IFPR), *Campus* Avançado Coronel Vivida, localizado na PR-562, s/n - Flor da Serra, Cel. Vivida - PR, 85550-000.

2.9 Dia(s) e horários de realização do curso

Quinta-feira e sexta-feira: 19h às 23h; Sábado: 8h às 12h.

2.10 Horário(s) de atendimento ao estudante

Segunda a sexta-feira: 13h às 17h, a depender do horário disponibilizado pelo docente no referido semestre.

2.11 Previsão de início do curso
Outubro/2023
2.12 Prazo de integralização curricular
18 meses
2.13 Carga horária total do curso
QUADRO 1

Componentes		Horas/Créditos	Carga horária a distância	porcentagem da carga horária a distância
Componente Obrigatório	Curricular	225 horas/ 15 créditos	Não há	Não há
Componente Optativo	Curricular	120 horas/ 8 créditos	Não há	Não há
Componente Curricular Eletivo		Não há	Não há	Não há
Atividade complementar		15 horas / 1 crédito	Não há	Não há

3 JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE CURSO

A formação histórica do sudoeste do Paraná, região onde se localiza o Campus Avançado Coronel Vivida do Instituto Federal do Paraná, é marcada, em um primeiro momento, pela atuação de caboclos, que ocuparam terras que pertenciam ao governo federal. Estes primeiros posseiros, dedicavam-se basicamente à comercialização de erva-mate e peles de animais silvestres. Estas atividades permitiram uma pequena capitalização dos caboclos, que realizaram investimentos na criação de suínos. Esta última atividade colocou o sudoeste do Paraná em rotas comerciais que envolviam o próprio Estado e a região Sul do Brasil. Dessa maneira, o sudoeste paranaense começa a ser alvo de migrantes sulistas que buscavam novas

áreas para ocupação. Este foi um segundo momento da ocupação do Sudoeste do Paraná (ORTOLAN, 2007).

Na década de 1940, o governo Getúlio Vargas passou a estimular a ocupação do sudoeste do Paraná, com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO. No início da década de 1930, a população do sudoeste do Paraná beirava os 6 mil habitantes. Em 1956, a população sudoestina era estimada em 230 mil habitantes. Como a CANGO distribuía gratuitamente lotes de terras, diversos migrantes, sobretudo, descendentes de italianos e alemães oriundos do sul do Brasil, passaram a buscar o sudoeste como nova área de expansão da fronteira agrícola nacional. Ao se fixarem, estes migrantes reproduziam o modelo de uso e ocupação da terra de seus locais de origem, basicamente realizando queimadas, estabelecendo agricultura extensiva, rotação de culturas e criação de animais (ORTOLAN, 2007). Soma-se a essa migração sulista nas terras do sudoeste, a tentativa de ocupação e posse das glebas Missões e Chopin, pelas empresas Citla e Comercial, as quais também alegavam terem direito de propriedade dessas terras, o que gerou tensões sociais com os migrantes sulistas incidindo na revolta dos colonos em outubro de 1957.

Até o início da década de 1950, o sudoeste do Paraná era formado por apenas dois municípios: Palmas e Clevelândia. Ao longo dos anos 50 do século passado, inicia-se um processo de fragmentação territorial, que dá origem aos municípios que atualmente compõem o Sudoeste do Paraná. Dentre eles, o município de Coronel Vivida, instalado em 14 de dezembro de 1955 (ORTOLAN, 2007).

O Instituto Federal do Paraná – Campus Avançado Coronel Vivida, unidade em funcionamento desde 2012, tem se destacado na oferta de cursos que buscam atender as demandas identificadas regionalmente, cumprindo de forma primorosa a missão do Instituto Federal do Paraná, que, além de interiorizar-se enquanto instituição federal de educação, promove a formação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade (BRASIL, 2008). Ademais, de acordo com Balbinot, Stunpf e Leonardi (2019), que elaboraram o registro histórico do *Campus* Avançado Coronel Vivida no livro *Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR, a vinda do Instituto Federal do*

Paraná (IFPR) para Coronel Vivida ocorreu para atender às considerações e reivindicações dos setores produtivos e públicos do município.

Nesse sentido, salienta-se que o Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado Coronel Vivida, ciente de sua missão em promover a educação profissional e tecnológica pública, de qualidade e socialmente responsável, busca oferecer subsídios e condições para que as potencialidades econômicas, sociais e culturais da região em que está inserido sejam alavancadas. Para que esta missão possa ser cumprida satisfatoriamente, a oferta de cursos que promovam a inclusão e que atendam aos anseios da comunidade passa a ser condição essencial para seu êxito, que objetiva a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel como agentes transformadores da realidade local e regional.

Especificamente, o município de Coronel Vivida, sede do Campus Avançado, conta com população de 21.749 habitantes. Destes, 15.445 residem no meio urbano e 6.304 habitam o meio rural. O município conta com um Produto Interno Bruto – PIB de R\$ 626.777.000,00, perfazendo um PIB/per capita de R\$ 28.929,00 (IPARDES, 2020). Ainda de acordo com o IPARDES, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município é de 0,723, indicativo ligeiramente abaixo da média do estado do Paraná, que registra 0,749. Dessa forma, a presença do Campus avançado do IFPR, bem como a oferta de cursos superiores, certamente contribuirá efetivamente para a melhoria do IDHM do Município.

Os dados do IPARDES apontam para uma diversidade de atividades econômicas que compõem os arranjos produtivos locais, dentre as quais os ramos empresariais e comerciais têm destaque. A população urbana apresenta renda relacionada, principalmente, às atividades na área do comércio, indústria e serviços, para as quais um curso de pós-graduação em Educação, Gestão e o Mundo do Trabalho é fundamental.

Cabe salientar que, atualmente, o Campus Avançado Coronel Vivida acolhe estudantes oriundos de diversas cidades da região, tais como: Honório Serpa, Pato Branco, Mangueirinha, Chopinzinho, São João, Laranjeiras do Sul, Saudade do Iguazu e Itapejara D'Oeste. Evidenciamos que os demais municípios atendidos pelo Instituto Federal do Paraná, Câmpus Avançado Coronel Vivida, guardam muita similaridade no que diz respeito à configuração econômica acima destacada. Deste modo, é igualmente relevante a oferta do Curso de Especialização em Educação, Gestão e o

Mundo do Trabalho para absorver demandas não apenas locais, mas também regionais, o que possibilita a ampliação do acesso à pós-graduação, gratuita e de qualidade em municípios que não contam com instituições de ensino superior, que ofereçam este nível de ensino, ou, que não oferecem cursos nesta área. Conforme dados do IPARDES, o município de Coronel Vivida contava, em 2018, com 164 matrículas no ensino superior, na esfera estadual e privada. Tais dados podem ser conferidos na tabela reproduzida abaixo:

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
Educação Superior Presencial					
Matrículas	-	104	-	-	04
Concluintes	-	19	-	-	9
Educação Superior a Distância					
Matrículas	-	-	-	60	60
Concluintes	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno IPARDES 2020 - Município de Coronel Vivida.

Para contextualizar a oferta educacional de nível superior numa perspectiva mais abrangente, apresentamos abaixo tabela contendo o número de matrículas em nível superior nos municípios atendidos pelo IFPR, Campus Avançado Coronel Vivida:

Número de matrículas em instituições de ensino superior por município atendido pelo IFPR – Campus Avançado Coronel Vivida					
Município	Matrículas em instituições públicas presenciais	Matrículas em instituições públicas Distância	Matrículas em instituições privadas presenciais	Matrículas em instituições privadas Distância	TOTAL
CHOPINZINHO	310	-	-	612	922
CORONEL VIVIDA	104	-	-	60	164
HONÓRIO SERPA	-	-	-	-	-
ITAPEJARA D'OESTE	-	-	-	-	-
MANGUEIRINHA	-	-	-	363	363

PATO BRANCO	3.231	123	4.478	1.693	9.525
SÃO JOÃO	-	-	-	-	-
TOTAL	10.974				

Fonte: Cadernos municipais IPARDES (2020).

Observamos, a partir de dados do IPARDES, um total de 10.974 vagas no ensino superior, distribuídas em instituições públicas e privadas, com predominância nos municípios de menor porte de cursos ofertados na modalidade a Distância. Dos sete municípios atendidos pelo Campus, apenas 3 contam com instituições públicas de ensino superior. A cidade de Pato Branco configura-se como polo universitário, oferecendo a maior parte das vagas em nível superior, tanto presencial quanto a distância, em instituições públicas e privadas, das quais destacamos a Centro Universitário de Pato Branco UNIDEP), a Faculdade Mater Dei (privadas), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a Universidade Aberta do Brasil, dentre outras. A configuração geográfica das vagas demonstra a necessidade de um curso de pós-graduação que possa abarcar profissionais formados nas mais variadas áreas do conhecimento.

4. OBJETIVOS DA PROPOSTA DE CURSO

4.1 Objetivo Geral

- Promover a formação continuada para as demandas do mundo e da sociedade atual em constante desenvolvimento tecnológico.

4.2 Objetivos Específicos

- Aprimorar o desenvolvimento de competências para a formação e o exercício da prática profissional;
- Garantir formação continuada dos profissionais da região em nível de pós-graduação, num viés crítico e humano em relação à educação e ao mundo do trabalho;
- Discutir possibilidades de trabalho colaborativo, extrapolando barreiras entre áreas de

conhecimento supostamente distantes;

- Problematizar processos educativos na perspectiva da interação e da comunicação, com sujeitos que aprendem a conhecer e a aprender por meio do diálogo, como seres humanos, sociais e culturais;
- Compreender questões relativas à gestão nas mais variadas esferas, ao desenvolvimento e à sustentabilidade em seu sentido amplo;
- Refletir sobre a formação do ser humano a partir da concepção histórica e social do trabalho e da luta pelos direitos humanos e sociais.

5. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

De acordo com a proposta do curso, articulada à Resolução N° 121 de 24 de março de 2023, será considerado especialista e terá certificado expedido o estudante que, de acordo com a Resolução N° 50 de 14 de julho de 2017 obtiver conceitos entre A, B e C, mínimo de 75% de frequência em cada componente curricular. No relativo às atividades complementares, é necessário que o estudante faça a equivalência das atividades junto à comissão responsável até o final do curso, seguindo o regulamento próprio apresentado no ANEXO II.

6. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

O curso de especialização em Educação, Gestão e o Mundo do trabalho será ofertado em 18 meses e contará com 360 horas/24 créditos, de modo que 15 horas contabilizam 1 crédito. As aulas da especialização em Educação, Gestão e o Mundo do trabalho serão oferecidas em três módulos com horas variáveis de duração, no formato presencial e com aulas nas quintas, sextas e sábados, os quais serão divididos da seguinte forma:

Módulo I: Pensamento Social Brasileiro e a construção da cidadania; Linguagens e Tecnologias na Contemporaneidade; Gestão Estratégica para a Sustentabilidade e Metodologia da pesquisa científica (componentes obrigatórios).

Módulo II: componentes optativos, os quais serão selecionados pelos estudantes, e Seminário de Pesquisa I (componente obrigatório).

Módulo III: Seminário de Pesquisa II e Trabalho de Conclusão de Curso (componentes obrigatórios).

Salienta-se, ainda, que as atividades complementares deverão ser cumpridas ao longo do curso e deverão ser apresentadas até um mês antes da previsão da conclusão do curso. Ademais, o estudante cumprirá seus créditos de acordo com a participação nos componentes. Somente depois de atingir 360 (trezentas e sessenta) horas em créditos, estará apto a apresentar seu trabalho de conclusão de curso.

Os estudantes farão suas matrículas de acordo com seu interesse de pesquisa e disponibilidade de horário para cursar o módulo. Serão ofertados, semestralmente, não menos que 120 (cento e vinte) créditos, distribuídos em, no mínimo, 4 (quatro) componentes distintos. As atividades, ao longo dos componentes, serão realizadas de acordo com cada docente, em formato de aulas expositivas, oficinas, filmografia, leituras, dramatizações, estudos dirigidos entre outras atividades propostas pelos docentes.

Os docentes terão autonomia didático/metodológica para definir qual estratégia, instrumentos e critérios avaliativos serão os mais adequados a serem utilizados, sempre em consonância com os valores, objetivos e princípios adotados pelo IFPR. No entanto, a avaliação do desempenho estudantil nos módulos seguirá as concepções e disposições contidas na Resolução CONSUP n.º 50/2017 .

7. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

A avaliação da aprendizagem faz parte do processo educativo e deve acompanhar todo o processo de ensino e aprendizagem. A proposta de avaliação prevista atende às prerrogativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 (LDB), em seu artigo 24, inciso V, que afirma que a avaliação escolar deverá ser contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos e, ainda, prevalecendo o desempenho do estudante ao longo do período letivo. Neste sentido, a avaliação assume caráter:

- Diagnóstico: envolve descrição, atribuição e julgamento acerca dos resultados apresentados pelos estudantes em diferentes etapas do processo educativo e atende a diferentes objetivos: detecta o nível geral de conhecimento dos estudantes, as suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las. Permite retroalimentar o processo, servindo como indicador dos elementos de competência que precisam ser aprofundados e/ou resgatados.
- Formativo: ocorre durante o processo ensino aprendizagem, é contínua, interativa e centrada no estudante. Ajuda o estudante a aprender e o professor a ensinar e reavaliar todas as etapas do processo ensino aprendizagem. Possibilita o acompanhamento da aquisição e domínio das competências, adequando o ensino às necessidades de ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante.
- Somativo: possibilita a avaliação dos objetivos e conhecimentos pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagem e rendimento do estudante. Seus dados subsidiam um novo planejamento do ensino para a próxima etapa.

A partir dos critérios de avaliação norteados pela Resolução 50/2017 do IFPR e pela LDBEN nº 9394/96, o procedimento de avaliação será tomado como processo no qual o estudante é o protagonista ativo de seu desenvolvimento, indivíduo que constrói seu saber por meio do contato crítico com as informações recebidas; o qual será consultado e informado sobre o conteúdo, a natureza e os métodos pelo qual está sendo avaliado.

Tomada como parte essencial de todo o processo, a avaliação poderá ser realizada por meio de diversas práticas, tais como: leitura, compreensão e síntese dos conteúdos abordados; abertura de diálogos, fóruns e debates; exposição oral via seminário ou trabalhos em grupo; produções textuais; portfólios; resenhas; realização de atividades práticas; autoavaliação. Além disso, a participação, o envolvimento e a interação do estudante também serão levados em consideração no processo de avaliação.

As práticas avaliativas terão por objetivo informar ao professor e ao estudante os avanços, as dificuldades e possibilitar a ambos a reflexão sobre o processo educativo, possibilitando os ajustes necessários para o alcance dos melhores resultados. Durante o processo educativo, o docente deve oferecer meios para a construção do conhecimento teórico e prático pelos estudantes, atentando-se à

participação ativa e efetiva do mesmo, à observação da assiduidade, pontualidade, envolvimento nos trabalhos e discussões.

As avaliações ocorrerão durante todo o processo e formalmente ao fim de cada módulo. No desenvolvimento deste curso, a avaliação considerará critérios de frequência e aproveitamento mínimo de 75% de frequência em cada componente curricular.

O aproveitamento será avaliado por meio do acompanhamento contínuo e processual do estudante, com vista aos resultados alcançados. Também servirá de base para a reorganização das práticas pedagógicas e avaliativas pelo docente. Os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos por componente curricular e divulgados ao estudante da seguinte forma:

- Conceito A: Quando a aprendizagem do estudante foi PLENA e atingiu os objetivos propostos no processo ensino aprendizagem.
- Conceito B: A aprendizagem do estudante foi PARCIALMENTE PLENA e atingiu níveis desejáveis dos objetivos propostos no processo ensino aprendizagem.
- Conceito C: A aprendizagem do estudante foi SUFICIENTE e atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade no processo ensino aprendizagem.
- Conceito D: A aprendizagem do estudante foi INSUFICIENTE E NÃO ATINGIU os objetivos propostos, comprometendo e/ou inviabilizando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Conforme determina a Resolução/IFPR nº 50/2017 será oferecida aos estudantes que apresentarem dificuldades de aprendizagem recuperação paralela, por meio de atividades diversificadas sob a responsabilidade do professor do componente curricular, que deve identificar as dificuldades do estudante e de acordo com essas planejar as atividades de recuperação a serem desenvolvidas para a promoção da aprendizagem, preferencialmente em momento diferenciado, convocando os estudantes para o horário de atendimento.

O conceito mínimo para a aprovação do estudante é o "C". Aos estudantes que não atingiram os objetivos propostos, a reoferta do componente se dará através de plano individual de estudos orientado pelo professor responsável pelo componente em semanas subsequentes ao módulo em que foi reprovado. Conforme a resolução 121 de 24 março de 2023: Art. 92. Somente terá direito ao certificado de especialista o

estudante que atender aos requisitos previstos nesse PPC; Art. 93. O fluxo processual relativo à certificação será regulamentado por instrumento normativo próprio; Art. 94. A emissão de certificado será responsabilidade da Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA/Proens) e Art. 95. O certificado deverá ser entregue ao estudante pela Secretaria Acadêmica, após finalização do processo de certificação.

8.RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vistas à inovação tecnológica e curricular, compõem o tripé de atuação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Portanto, a relação de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão está prevista no Estatuto do IFPR (Resolução nº 13/2011-CONSUP), afirmando que as ações de pesquisa devem buscar a indissociabilidade com o ensino e a extensão, assim como as ações de extensão devem buscar a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, bem como, o ensino deve buscar a indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, onde ambas devem contribuir para a formação integral, tendo sempre o estudante como protagonista do processo.

De acordo com a Resolução nº 11/2018 (CONSUP), em seu artigo 2º, a extensão no IFPR “é um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade”.

De acordo com a Resolução nº 58/2019 (COSUP), em seu artigo 1º, a pesquisa no “entendida como princípio educativo, se relaciona de maneira idiossincrática com o ensino, a extensão e a inovação e visa a produção e a difusão do conhecimento científico, filosófico e artístico geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural local, regional e nacional”.

A Resolução nº 04/2019 (CONSUP) aprovou e instituiu a Política de Inovação e de estímulo ao Empreendedorismo no âmbito do IFPR, e prevê as seguintes modalidades: I - inovação tecnológica de produtos, processos, serviços, métodos, organização e de marketing; II - inovação em tecnologias sociais e economia

solidária; e III - inovação em políticas públicas, produtos, processos, serviços, métodos, organização e marketing, sempre visando o atendimento à sociedade (artigo 1º).

Considerando isso, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como o incentivo à inovação, deverá estar presente em todos os momentos do processo pedagógico de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Serão adotadas como estratégias para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão:

- Práticas realizadas nos diferentes componentes curriculares e na integração entre eles por meio de projetos, que envolvam o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação terão relação direta ao eixo do curso;
- Estudos, debates e discussão sobre as pesquisas que envolvem os conhecimentos da área do curso;
- Oficinas que envolvam a construção do conhecimento dos conteúdos da relativa área;
- Eventos Científicos (congressos, seminários, mostras e feiras) organizados no campus Coronel Vivida e em outros campi do IFPR, bem como em outras instituições.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e o incentivo à inovação também estarão presentes na construção do ementário dos componentes curriculares do curso. Ademais, salienta-se que os estudantes serão sempre instigados e convidados a participarem de grupos de pesquisa aos quais os docentes do campus estão vinculados.

Em se tratando das ações/projetos de extensão, pesquisa e inovação, cabe ressaltar que essas também se efetivam quando aprovadas pelo Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE), que é um órgão colegiado multidisciplinar e independente de caráter consultivo, educativo e deliberativo, instituído com o objetivo de assessorar a Direção Adjunta do Campus Coronel Vivida.

9.GRUPOS DE PESQUISA

9.1 Nome: Núcleo de Educação em Direitos Humanos

9.2 Situação:

(x) Certificado pelo CNPq

(x) Cope

9.3 Linhas de pesquisa:

- Gestão, desenvolvimento e sustentabilidade;
- Mundo do trabalho, cidadania e Direitos Humanos;
- Educação, Linguagens e Tecnologias.

9.4 Pesquisadores vinculados:

Dra. Jaiarys Capa Bataglin
 Dra. Leomara Battisti Telles
 Me. Lucas Colferai
 Me. Jucilene de Souza Stumpf
 Dra. Candida Joelma Leopoldino
 Dr. Daniel Salesio Vandresen
 Dr. Evandro Marcos Leonardi
 Me. Paulo de Oliveira Fortes Junior
 Dra. Jessica Paula Vescovi
 Dra. Katyuscia Sosnowski
 Dra. Thiana Nunes Cella
 Me. Lucas Colferai

10. PERFIL DO EGRESSO

A partir do cumprimento de todos os créditos supracitados, o estudante receberá o Certificado de Especialista em “Educação, gestão e o mundo do trabalho”. Ademais, com a qualificação, os egressos do curso poderão atuar na docência no ensino superior, avançar nos estudos sistemáticos na área de educação, gestão, sustentabilidade, sociedade, dentre outros aspectos, o que ocorrerá a partir do desenvolvimento de suas competências profissionais por meio do aperfeiçoamento contínuo, proporcionando conhecimento crítico e qualitativo, com a visão de especialistas com o melhor nível possível.

11. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Nome Completo	Formação acadêmica	Maior titulação	Efetivo/ docente colaborador	Componente curricular	Carga horária

11. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Jéssica Vescovi	Paula	Letras Português/Inglês	Doutorado	Efetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura(s) e lingua(gens) em tempos globais; - Linguagens e Tecnologias na contemporaneidade; - Seminário de Pesquisa I; -Seminário de Pesquisa II; -Trabalho de conclusão de curso. 	<p>30 horas</p> <p>15 horas</p> <p>15 horas</p> <p>15 horas</p> <p>30 horas</p>
Katyuscia Sosnowski		Artes	Doutorado	Efetivo	<ul style="list-style-type: none"> -Arte, Cultura Visual e Cidadania -Linguagens e tecnologias na contemporaneidade - Educação e imagens no mundo do trabalho; - Metodologia da pesquisa científica; -Trabalho de conclusão de curso 	<p>30 horas</p> <p>15 horas</p> <p>30 horas</p> <p>15 horas</p> <p>30 horas</p>
Thiana Cella	Nunes	Letras Português/Inglês	Doutorado	Efetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Literatura história e sociedade; - Introdução aos estudos decoloniais e pós coloniais. - Metodologia da pesquisa científica 	<p>30 horas</p> <p>30 horas</p> <p>15 horas</p>

11. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE						
Daniel Salésio Vandresen	Filosofia	Doutorado	Efetivo	Trabalho e subjetividades: a questão da (d)eficiência	30 horas	
Evandro Marcos Leonardo	Filosofia	Doutorado	Efetivo	Pensamento social brasileiro e a construção da cidadania	30 horas	
Candida Joelma Leopoldino	Direito	Doutorado	Efetivo	Educação em Direitos Humanos	30 horas	
Paulo de Oliveira Fortes Junior	Geografia	Mestrado	Efetivo	Educação ambiental e sustentabilidade	30 horas	
Jaiarys Capa Bataglin	Administração	Doutorado	Efetivo	- Gestão estratégica para a sustentabilidade -Inovação Social e empreendedorismo social	30 horas 30 horas	
Leomara Battisti Telles	Ciências Contábeis	Doutorado	Efetivo	-Economia Solidária e Desenvolvimento Local -Educação financeira e consumo responsável	30 horas 30 horas	
Jucilene de Souza Stunpf	Administração	Mestrado	Efetivo	-Gestão de pessoas e inteligência emocional	30 horas	
Lucas Colferai	Tecnologia da Informação	Especialização	Efetivo	-Tecnologia da Informação e Comunicação -Gestão da inovação	30h 30h	

12. MATRIZ CURRICULAR	
12.1 Componente Curricular Obrigatório	
Componente	Carga horária/créditos
Pensamento social brasileiro e a construção da cidadania	30 horas / 2 créditos

Linguagens e tecnologias na contemporaneidade	30 horas/ 2 créditos
Gestão estratégica para a sustentabilidade	30 horas/ 2 créditos
Metodologia da pesquisa científica	30 horas / 2 créditos
Seminário de Pesquisa I	15 horas / 1 crédito
Seminário de Pesquisa II	30 horas/ 2 créditos
Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas / 4 créditos
12.2 Componente Curricular Eletivos	
Não se aplica.	
12.3 Componente Curricular Optativos	
Componentes	Carga horária/ Créditos
Linha de Pesquisa “Gestão, desenvolvimento e sustentabilidade”	
Economia Solidária e Desenvolvimento Local	30 horas / 2 créditos
Educação financeira e consumo responsável	30 horas / 2 créditos
Gestão da inovação	30 horas / 2 créditos
Inovação Social e empreendedorismo social	30 horas / 2 créditos
Gestão de pessoas e inteligência emocional	30 horas / 2 créditos
Linha de Pesquisa “Mundo do trabalho, cidadania e Direitos Humanos”	
Educação ambiental e sustentabilidade	30 horas / 2 créditos
Educação em Direitos Humanos	30 horas / 2 créditos
Trabalho e Subjetividades: a questão da (d)eficiência	30 horas / 2 créditos
Educação e imagens no mundo do trabalho	30 horas / 2 créditos
Linha de Pesquisa “Educação, Linguagem e Tecnologias”	
Leitura(s) e Língua(gens) em tempos globais	30 horas / 2 créditos
Arte, Cultura Visual e Cidadania	30 horas / 2 créditos
Tecnologia da Informação e comunicação	30 horas / 2 créditos
Literatura, história e sociedade	30 horas / 2 créditos
Introdução aos estudos decoloniais e pós-coloniais	30 horas / 2 créditos
12.4 Atividades Complementares	
<p>As atividades complementares são ações curriculares que possibilitam a formação complementar e interdisciplinar do estudante, as quais estão classificadas em três grupos:</p> <p>I - Atividades de Ensino;</p>	

II - Atividades de pesquisa, extensão e inovação;

III. – Atividades de formação social, humana e cultural.

Atividades de Ensino

Serão consideradas atividades de ensino: aula magna; palestras; fóruns e seminários; conferências e congressos; debates; encontros; jornadas acadêmicas; simpósios; visitas monitoradas realizadas pelo IFPR; atividades de campo; curso de qualificação em áreas correlatas ao curso (FIC – Formação Inicial e Continuada; FC - Formação Continuada); participação em projetos de ensino; participação em grupos de estudos.

Serão validadas, no máximo, 10 horas de cada atividade desenvolvida no âmbito das atividades de ensino, seguindo o apresentado no Regulamento (ANEXO II).

Atividades de pesquisa, extensão e inovação

São consideradas Atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação aquelas que se referem à produção do conhecimento, por meio de estudos específicos, visando a desenvolver no estudante a vocação, o interesse e a aptidão para a investigação, com vistas ao avanço científico, cultural, tecnológico e socioeconômico da região e do país.

Serão consideradas Atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação:

- a. participação em projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação;
- b. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários;
- c. participação como expositor em exposições técnico científicas;
- d. participação na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- e. publicações em revistas técnicas;
- f. publicações em anais de eventos técnico científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- g. livro ou capítulo de livros publicados;
- h. participação em grupos de pesquisas;
- i. participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

Serão validadas, no máximo, 10 horas de cada atividade desenvolvida no âmbito das atividades de pesquisa, extensão e inovação, seguindo o apresentado no Regulamento (ANEXO II).

Atividades de formação social, humana e cultural

Serão consideradas Atividades de Formação Social, Humana e Cultural as seguintes atividades:

- a. participação em atividades esportiva;
- b. participação em cursos de língua estrangeira;
- c. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- d. participação na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- e. participação como expositor em exposição artística ou cultural;
- f. participação em trabalho voluntário, atividades comunitárias, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS), associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- g. participação em atividades beneficentes;
- h. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados;
- i. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar

Serão validadas, no máximo, 10 horas de cada atividade desenvolvida no âmbito das atividades de pesquisa, extensão e inovação, seguindo o apresentado no Regulamento (ANEXO II).

13. EMENTAS

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: **Educação, gestão e o mundo de trabalho**

Componente Curricular: **Pensamento Social Brasileiro e a Construção da Cidadania**

Carga Horária/Crédito(s): 30 horas / 2 créditos

2 – EMENTA

Identidade nacional e brasilidade. Bovarismo brasileiro. Colônia, república e democracia. Pensamento social brasileiro e a criação de significados e mitos identitários. Contribuições da literatura para o pensamento social brasileiro. Ideias fora do lugar e bovarismo. Classes sociais e movimentos sociais. Ética, cidadania e direitos sociais. Cidadania e racismo. Política, Estado e a CF cidadã.

3 – OBJETIVOS

3.1 Geral

Conduzir os estudantes ao pensamento crítico sobre o pensamento social brasileiro, considerando interpretações sobre cultura, sociedade, economia e política, em consonância à construção da cidadania no Brasil.

3.2 Específicos

- Ampliar os conceitos e debates pertinentes às relações entre gestão, educação e mundo do trabalho;
- Perceber na estrutura social brasileira as relações de poder que as mantém;
- Estabelecer algumas bases conceituais para pensar as dinâmicas e diversidades culturais, de raça e de formação da brasilidade;
- Analisar a construção de uma biografia da cidadania no Brasil;
- Pensar os problemas do Brasil contemporâneo a partir do escopo de teorias das ciências sociais e da historiografia produzidas no Brasil.

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

O estudante deve ser capaz de distinguir novas tecnologias e o papel da informação no contexto atual do processo de ensino-aprendizagem. Conforme a Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017, que estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, a aprendizagem poderá ser verificada a partir de alguns instrumentos de avaliação dentre as seguintes opções: seminários; trabalhos individuais e/ou em grupos; avaliações escritas e/ou orais/sinalizados; resenhas e participações em projetos. Como se vê, a avaliação ocorrerá de forma constante, ao longo das aulas.

Ainda como define a Resolução 50 em seu Art. 15, os resultados obtidos no processo de avaliação são expressos por conceitos, dessa forma, será satisfatório o estudante que obtiver conceito A, B ou C: A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE; conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; O conceito D é definido quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 BIBLIOGRÁFICA BÁSICA

BERTHOLDI, Juliana. **Ética, Direitos Humanos e Direitos da Cidadania**. Curitiba: Contentus, 2020.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Editora, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**: São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KEHL, Maria Rita. **Bovarismo brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**. São Paulo: UNESP, 2015.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil** (volumes 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SCHVARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil: 2021.

5.2 BIBLIOGRÁFICA COMPLEMENTAR

CARVALHO, José Murilo. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 63-79, out. 1998.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, n. 12, p. 55-74, nov. 2000.

MARCON, Kenya J. (Org.). **Ética e cidadania**. Editora Pearson 2017

MARSHAL, Thomas H.; Bottomore, Tom. **Cidadania e Classe social**. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Linguagens e tecnologias na contemporaneidade
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas/aulas - 2 créditos
2 – EMENTA
Linguagem e sociedade. Concepção de linguagem, suas transformações e renovações. Impactos na tecnologia: ética e cidadania. Globalização e substituição do trabalho humano. Direitos autorais na contemporaneidade.
3 – Objetivos do Componente Curricular
3.1 Objetivo geral
Subsidiar reflexões relacionadas às diferentes manifestações da linguagem e suas relações com as tecnologias na sociedade contemporânea.
3.2 Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre as concepções de linguagem, suas transformações e renovações na educação e no mundo do trabalho; - Compreender os impactos da globalização frente às novas tecnologias informacionais na educação e no mundo do trabalho; - Oportunizar reflexões críticas sobre as relações éticas no mundo globalizado.
4 – Métodos de Avaliação
<p>A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017.</p> <p>Os estudantes deverão apresentar, ao final do componente curricular, uma produção textual de artigo de opinião e/ou padlet e/ou resenha e/ou ensaios, dentre outros gêneros discursivos eleitos pelas docentes.</p>
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS
BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade . Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. 6 v. ISBN 8598171050.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad.Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 392p.

_____. **A Globalização imaginada**. trad. Sérgio Molina. Iluminuras, 2003

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRANCO, Gilberto et al. **Propriedade intelectual**. Curitiba, PR: Aymar, 2011. 95 p. (UTFinova). ISBN 9788578417574.

CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006. v.1-2

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Metodologia da pesquisa científica
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas/aulas - 2 créditos
2 – EMENTA
Princípios da construção do conhecimento científico; Noções de investigação científica;
Trabalhos acadêmicos/científicos: tipos, características e composição estrutural;
Modalidades e formas de trabalhos científicos; Fontes de pesquisa, métodos e técnicas de pesquisa.
Apresentação gráfica e normas da ABNT; Planejamento, execução e apresentação de uma pesquisa.
3 – Objetivos do Componente Curricular
3.1 Objetivo geral
- Proporcionar as condições e ferramentas necessárias para o desenvolvimento de estudos científicos.
3.2 Objetivos específicos
- Preparar o discente para a elaboração e desenvolvimento de um projeto de pesquisa;
- Apresentar diferentes ferramentas digitais e softwares que auxiliam na organização de dados de pesquisa;
- Elaborar resumos e resenhas sobre os textos trabalhados
4 – Métodos de Avaliação
A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017.
Os estudantes deverão apresentar, ao final do componente curricular, uma produção textual de artigo de opinião e/ou padlet e/ou resenha e/ou ensaios, dentre outros gêneros discursivos eleitos pelas docentes.
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IFPR. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Sistemas de Bibliotecas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília Souza (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. Cap. 1 "Introdução à metodologia de pesquisa social". Pp. 19 a 36

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARTHES, R. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BAUER, M. W. & GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

RAITZ, T. R.; FERREIRA, V. S.; GUERRA, A. (Orgs.). **Ética e metodologia: pesquisa na educação**. Itajaí: Univali, 2006. RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUMMEL, J. F. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. Porto Alegre: Globo, 1972.

VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. VOLPATO, G. L. **Método lógico para redação científica**. 2. ed. Botucatu: Best Writing, 2017.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Seminário de Pesquisa I
Carga Horária/Crédito(s): 15 horas/aula - 1 crédito
2 – EMENTA Abordagens de pesquisa em Educação, gestão e o mundo trabalho. Tipos de pesquisa e métodos de coleta de dados. Levantamento bibliográfico. Elaboração do projeto de pesquisa.
3 – Objetivos do Componente Curricular 3.1 Objetivo geral -Orientar e acompanhar o trabalho dos estudantes ao longo de sua pesquisa no curso de especialização. 3.2 Objetivos específicos - Promover a reflexão sobre pesquisa em educação, gestão e o mundo do trabalho; - Apresentar gêneros discursivos a serem produzidos ao longo do curso, em especial na fase de conclusão do curso; - Propiciar momentos de apresentação dos estudos.
4 – Métodos de Avaliação A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017. A avaliação será realizada a partir do acompanhamento realizado pelo orientador do trabalho e participação do estudante no seminário de Pesquisa I, momento em que o estudante deverá apresentar, por meio de um template a ser disponibilizado, o tema, a metodologia e aspectos teóricos a serem utilizados na elaboração do trabalho de conclusão de curso.
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RAITZ, T. R.; FERREIRA, V. S.; GUERRA, A. (Orgs.). **Ética e metodologia: pesquisa na educação**. Itajaí: Univali, 2006.

RUMMEL, J. F. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. Porto Alegre: Globo, 1972.

VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VOLPATO, G. L. **Método lógico para redação científica**. 2. ed. Botucatu: Best Writing, 2017.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Seminário de Pesquisa II
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas/relógio - 2 créditos
2 – EMENTA
Abordagens de pesquisa em Educação, gestão e o mundo trabalho. Possibilidades de análise de dados. Elaboração do trabalho de conclusão de curso.
3 – Objetivos do Componente Curricular
3.1 Objetivo geral
- Acompanhar o trabalho dos estudantes ao longo de sua pesquisa no curso de especialização, em especial na elaboração do trabalho de conclusão de curso.
3.2 Objetivo específico
- Incentivar a produção do trabalho de conclusão de curso a partir dos temas educação, gestão e o mundo do trabalho;
- Propiciar momentos de apresentação dos estudos por meio de seminários.
4 – Métodos de Avaliação
A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017.
A avaliação será realizada a partir do acompanhamento realizado pelo orientador do trabalho e participação do estudante no seminário de Pesquisa II, momento em que o estudante deverá apresentar o projeto de pesquisa.
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS
BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RAITZ, T. R.; FERREIRA, V. S.; GUERRA, A. (Orgs.). **Ética e metodologia: pesquisa na educação**. Itajaí: Univali, 2006.

RUMMEL, J. F. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. Porto Alegre: Globo, 1972.

VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VOLPATO, G. L. **Método lógico para redação científica**. 2. ed. Botucatu: Best Writing, 2017.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Trabalho de conclusão de curso
Carga Horária/Crédito(s): 60 horas/aula - 4 créditos
2 – EMENTA
Orientação para a elaboração do projeto de pesquisa. Redação do Trabalho de Conclusão de Curso, que consiste em um artigo científico como resultado da pesquisa realizada a partir de métodos e técnicas de acordo com as diretrizes, seguindo as normatizações da ABNT.
3 – Objetivos do Componente Curricular
<p>3.1 Objetivo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subsidiar, conjuntamente ao professor orientador, a estruturação do trabalho de conclusão de curso. <p>3.2 Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar aos discentes estratégias para definição de tema de pesquisa de acordo com as áreas de atuação dos orientadores do curso; - Analisar bibliografia relevante para a escrita do trabalho de conclusão de curso, refletindo a respeito dos temas da pesquisa; - Aplicar e aprofundar conhecimentos sobre metodologias e práticas de pesquisa, resgatando conteúdos estudados na disciplina de “Metodologia da pesquisa científica”; “Seminário de Pesquisa I” e “Seminário de Pesquisa II”.
4 – Métodos de Avaliação
<p>A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017.</p> <p>O artigo será avaliado por uma banca de três professores (sendo um o orientador), sendo seguido o proposto no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso. O Trabalho de Conclusão de curso deverá seguir as normas de redação científica para a escrita de artigo científico da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p>
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

KROKOSCZ, Marcelo. **Outras palavras sobre autoria e plágio**. São Paulo: Atlas, 2015.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Educação em Direitos Humanos
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas/aula
2 – EMENTA Bases históricas e conceituais dos direitos humanos, democracia e cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diretrizes Nacionais para a Educação em direitos humanos; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos . Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos. Educação em direitos humanos nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas na construção de uma cultura da paz livre de preconceito, discriminação. Análise de situações problemas.
3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos) 3.1 Objetivo geral: Propiciar a formação científica-humanista em educação em direitos humanos, proporcionando a formação teórica articulada com a prática educacional, especializando o pós-graduando, capacitando-o especialmente para realizar a crítica científica e a transformação social por meio dos conhecimentos transmitidos durante o desenvolvimento da disciplina com reflexões e debates ligados à temática de educação em direitos humanos. 3.2 Objetivos específicos: - Garantir a Educação em Direitos Humanos como parte integrante do processo educativo; - Realizar estudos dirigidos sobre tópicos relacionados à diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e religiosa; - Possibilitar ao estudante conhecimentos básicos sobre os direitos humanos, desde a formação das normas, passando-se pelas regras de direito público e pelos pontos gerais do direito civil; - Promover, na comunidade acadêmica e na sociedade, os valores da tolerância, do respeito, da solidariedade, da fraternidade, da justiça, da inclusão, da pluralidade e da sustentabilidade; - Formar o sujeito de direitos para o conhecimento histórico; para a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais; para a conscientização da cidadania; para a construção coletiva de políticas públicas; para o fortalecimento de práticas individuais e sociais sobre os Direitos Humanos - Incentivar as atitudes probas e honestas, serem combativos às práticas ilícitas ou criminosas, assim como, assim como aprofundar o conhecimento sobre elas (conhecimento científico)
4 – Métodos de Avaliação A avaliação do aprendizado, vinculada com o compromisso da aprendizagem através do trabalho docente, reconhecerá tudo quanto se insere no aprendizado do

estudante. O processo direciona-se para a prática da avaliação formativa, centrando-se no estudante e tudo quanto pode construir para o seu conhecimento e interação.

As possíveis formas de avaliação serão: i) dois trabalhos de 50% do conceito final total.

Cronograma de avaliações:

Trabalho 01XXX

Trabalho 02: XXXXX

Datas de entrega

Contato de atendimento :

candida.leopoldino@ifpr.edu.br

Obs.: Este Plano de Ensino é flexível, para adequar-se às especificidades do processo de ensino e de aprendizagem, preservando-se os objetivos traçados para a disciplina.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNEDH**. Brasília : Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2022.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: SDH/PR, 2013.

CANDAU, Vera Maria Ferrão, SACAVINO, Susana Beatriz. **Educação em direitos humanos e formação de educadores**. Educação (Porto Alegre), V. 36, n.1, p. 59-66, jan./abr.2013.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos : uma proposta de trabalho**. Novamerica/PUC-Rio, 1999.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de San José. Costa Rica, 22 de novembro de 1969. Disponível em: http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/pactoSanJose.pdf Último acesso: 13 de fevereiro de 2022.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. p.14.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: **Educação, gestão e o mundo de trabalho**

Componente Curricular: **Trabalho e Subjetividades: a questão da (d)eficiência**

Carga Horária/Crédito(s): 30 horas / 2 créditos

2 – EMENTA

Apontamentos sobre a história do trabalho e a constituição do ser humano. Apontamentos sobre a história da subjetividade e suas implicações para a prática profissional. Estudo sobre a noção de Biopolítica e o sujeito como Capital Humano. Estudo sobre a questão da subjetividade na era das tecnologias de biopoder. Análise da questão da (d)eficiência no mundo do trabalho e da vida. O trabalhador como intelectual específico em prol de um processo de formação estético, ético e político.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

3.1 Objetivo Geral

- Problematizar a formação da subjetividade do trabalhador contemporâneo a partir do diagnóstico da biopolítica e das tecnologias do biopoder esboçados por Michel Foucault e outros filósofos contemporâneos, propondo um olhar crítico sobre o tema e analisando os novos desafios à prática profissional.

3.2 Objetivos Específicos

- Fornecer elementos teóricos para se pensar a formação da subjetividade do trabalhador ao longo da história, analisando principalmente o paradigma contemporâneo;
- Analisar a formação de uma subjetividade (d)eficiente no modo de ser biopolítico;
- Compreender os processos históricos que construíram nossos modos de trabalhar, de ser e viver, objetivando a formação de um ser crítico e um intelectual específico.

4 – Métodos de Avaliação

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017.

Forma de Avaliação: trabalho monográfico com, no mínimo 04 laudas, a ser entregue até 15 dias após o último encontro.

Critérios da Avaliação: coerência argumentativa e gramatical; capacidade de identificar um problema relacionado aos temas abordados no componente, destacando a mútua implicação filosófica das noções abordadas.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BENJAMIN, Walter. (1933). Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 123-128.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Por uma vida não fascista** - Coletânea Michel Foucault Sabotagem. Coletivo Sabotagem. 2004.
- MALABOU, Catherine. **Ontologie de l'accident**. Essai sur la platicité destructice. Paris: Éditions Léo Scheer, 2009.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**, 14(2): 477-509, 2008.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. A técnica como capital e o capital humano genético. **Novos Estudos**, Cebrap, 2008, p. 127-139.
- PÁL PELBART, Peter. Poder sobre a vida, potência da vida. **Lugar Comum**. No17, 2008, pp. 33-43.
- RABINOW, Paul.; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, 2006, p. 27-57.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Zahar, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Márcio A. da Fonseca e Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- HARNECKER, Marta; LAPIDUS, I.; OSTROVITIANOV, R. V. **O capital**: conceitos fundamentais: manual de economia política. São Paulo: Global, 1978.
- MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Aléna, 2007.
- PAGNI, Pedro A. Da exclusão a um modelo identitário de inclusão: a deficiência como paradigma Biopolítico. **Childhood & Philosophy**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, jan.-abr. 2017, pp. 167-188.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- SLOTERDIJK, Peter. **Has de cambiar tu vida**: sobre antropotécnica. Valencia: Pre-texto, 2012.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Educação e imagens no mundo do trabalho
Carga Horária/Crédito(s): 30h - 2 créditos
2 – EMENTA Análise de filmes, documentários e vídeos comerciais sobre o mundo do trabalho. A fotografia artística e jornalística e o papel das imagens nas mídias sociais. Intertextualidade. O mundo do trabalho expressado pela Arte, leitura de imagens.
3 – Objetivos do Componente Curricular 3.1 Objetivo geral - Analisar as ideologias presentes nos discursos imagéticos 3.2 Objetivos específicos - Refletir sobre as intertextualidades e discursos imagéticos nas diversas mídias; - Proporcionar reflexões sobre as ideologias presentes em discursos imagéticos.
4 – Métodos de Avaliação A avaliação será formativa, qualitativa e contínua, servindo como instrumento de reflexão para o docente e discentes. O conceito mínimo para aprovação na disciplina é C e a frequência mínima é de 75% das aulas. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem proporcionar meios para a recuperação dos (as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, durante o período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Resolução sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013. Conforme a Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017, que estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, a aprendizagem poderá ser verificada a partir de instrumentos de avaliação dentre as seguintes opções: seminários; trabalhos individuais e/ou em grupos; avaliações escritas e/ou orais/sinalizados; resenhas e participações em projetos. Ainda como define a Resolução 50 em seu Art. 15, os resultados obtidos no processo de avaliação são expressos por conceitos, dessa forma, será satisfatório o estudante que obtiver conceito A, B ou C: A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE; conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; O conceito D é definido quando a aprendizagem do

estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

O NAPNE ficará responsável por elaborar o plano de ensino individualizado (PEI), a partir da avaliação e análise das necessidades educacionais especiais do estudante. O documento tem a finalidade de identificar as dificuldades e potencialidades, bem como sugerir adaptações no manejo, ensino e avaliação para minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas, que dificultem o acesso, permanência e êxito escolar. São entendidos como estudantes com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentam deficiência, conforme lei 13.146/2015, transtorno do espectro autista (TEA), transtornos da aprendizagem, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos. Também podem ser atendidos estudantes com transtornos psicológicos diagnosticados, mediante indicação médica.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

CIAVATTA, Maria. O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia disponível em : **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 12(1), jan-abr 2012, pp . 33-46 <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/index> acessado em 21 mar 2023.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1993. 87p.

RANCIERE, Jaques. **O Trabalho das Imagens**. trad: Ângela Cristina Salgueiro Marques, Chão da feira. 2021

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

NIEDZIELUK, L. C.; OLIVEIRA, S. R. E. . **Relações Intertextuais e sentidos dialógicos**.. REVISTA GEARTE, v. 5, p. p.15-p.28, 2018.

_____, L. C. **ARQUITETÔNICA BAKHTINIANA NA LEITURA DE RETRATOS –UM POSSÍVEL MODUS FACIENDI**. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5936/Arquitet_nica_Bakhtiniana_na_leitura_de_retratos___um_poss_vel_modus_faciendi_15505083342762_5936.pdf

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Leitura(s) e Língua(gens) em tempos globais
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas / 2 créditos
2 – EMENTA Os conceitos de língua e linguagem. O texto e o discurso. Visão indisciplinar e transdisciplinar da linguagem. Ciências humanas e práticas sociais de linguagem. Organização social e poder materializadas na e constituídas pela linguagem.
3 – OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR 3.1 Objetivo geral - Compreender a língua(gem) sob uma perspectiva crítica e reflexiva. 3.2 Objetivos específicos - Refletir sobre os conceitos de língua e linguagem; - Observar o texto e o discurso sob uma ótica indisciplinar e transdisciplinar; - Analisar o uso da linguagem a partir de práticas sociais organizadas socialmente; - Compreender a organização social e de poder constituídas pela/na linguagem.
4 – Métodos de Avaliação A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017. Mediante o exposto, os estudantes deverão apresentar, ao final do componente curricular, um resumo expandido a ser elaborado a partir do diálogo entre os aspectos teóricos apresentados e a aplicação destes à análise de um texto.
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS FREIRE, PAULO. Por uma pedagogia da pergunta. 1985.

MOITA LOPES, LUIZ PAULO. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. 2006.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Editorial, 2014.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 189 p.

TAKAKI, Nara Hiroko; MACIEL, Ruberval Franco (Orgs). **Letramentos em terra de Paulo Freire**. Campinas, SP: Pontes Editores, 3ª Edição – ampliada – 2017.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Arte, Cultura Visual e Cidadania
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas / 2 créditos
2 – EMENTA
Investigações dos estudos contemporâneos da arte e da cultura visual. Leitura de imagens. Visualidades e construção social do visual. Intertextualidades e questionamentos sobre o papel da imagem na cultura. Examinar imagens fora do sistema da arte como produtos complexos e ideológicos.
3 – Objetivos do Componente Curricular
3.1 Objetivo geral
- Refletir e problematizar o poder simbólico e ideológico da imagem na cultura contemporânea.
3.2 Objetivo específico
- Compreender como a arte e a cultura visual podem contribuir para pensarmos as culturas e os modos de viver junto;
- Problematizar o consumo imagético por meio das mídias na sociedade capitalista;
- Refletir sobre a produção artística e visual como promotores de cidadania.
4 – Métodos de Avaliação
A avaliação será formativa, qualitativa e contínua, servindo como instrumento de reflexão para docente e discentes. O conceito mínimo para aprovação na disciplina é C e a frequência mínima é de 75% das aulas. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos (as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013.
Conforme a Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017, que estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, a aprendizagem poderá ser verificada a partir de instrumentos de avaliação dentre as seguintes opções: seminários; trabalhos individuais e/ou em grupos; avaliações escritas e/ou orais/sinalizados; resenhas e participações em projetos. Ainda como define a Resolução 50 em seu Art. 15, os resultados obtidos no processo de avaliação são expressos por conceitos, dessa forma, será satisfatório o estudante que obtiver conceito A, B ou C: A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE; conceito C – quando a

aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; O conceito D é definido quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

O NAPNE ficará responsável por elaborar o plano de ensino individualizado (PEI), a partir da avaliação e análise das necessidades educacionais especiais do estudante. O documento tem a finalidade de identificar as dificuldades e potencialidades, bem como sugerir adaptações no manejo, ensino e avaliação para minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas, que dificultem o acesso, permanência e êxito escolar. São entendidos como estudantes com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentam deficiência, conforme lei 13.146/2015, transtorno do espectro autista (TEA), transtornos da aprendizagem, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos. Também podem ser atendidos estudantes com transtornos psicológicos diagnosticados, mediante indicação médica. “

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.

EAGLEATON, T. **A ideia de Cultura**. São Paulo. UNESP, 2005

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Capítulo Las Meninas (p. 13-22), jul-dez/ 2011.

MIRZOEFF, Nicholas. **The Visual Culture Reader**. Routledge. London and New York. 1999

_____, Nicholas. **Cómo ver el mundo: Una nueva introducción a la cultura visual**. Barcelona: Paidós, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALFAYA, JAVIER.(org) **Arte, política cultural e cidadania** ed. Anita Garibaldi. 2022 acessado em: <https://www.livrariaanita.com.br/arte-politica-cultural-e-cidadania/p>

<https://www.scielo.br/j/er/a/R6B9NtW4Xj4VvGZjL97PzBx/?lang=pt>

RANCIERE, Jacques. **O espectador emancipado**. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo. Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: **Educação, gestão e o mundo de trabalho**

Componente Curricular: **Educação Ambiental e Sustentabilidade**

Carga Horária/Crédito(s): 30 horas / 2 créditos

2 – EMENTA

Histórico e evolução do pensamento ambiental; Conceitos, princípios e práticas da educação ambiental; Legislação referente à educação ambiental; Educação ambiental no contexto escolar; A relação sociedade/natureza e a construção do espaço geográfico; Histórico e evolução do desenvolvimento sustentável; Espaços globais de debate ambiental; Os grandes desafios ambientais globais; A interface educação ambiental, sustentabilidade e educação; Educação ambiental e sustentabilidade: estudo de caso.

3 – OBJETIVOS

3.1 Geral

Promover aos estudantes instrumental teórico para análise do histórico e da evolução do pensamento ambiental, construindo elementos que os levem a refletir sobre a necessidade de uma relação sociedade natureza amparada na sustentabilidade.

3.2 Específicos

- Analisar o histórico e a evolução do pensamento ambiental;
- Avaliar a relação sociedade natureza e os grandes desafios ambientais globais;
- Construir relações entre a educação ambiental, a sustentabilidade e o ambiente educacional;
- Contribuir para a construção de uma nova relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, pautada em bases sustentáveis;
- Analisar desafios e casos que demonstram alternativas sustentáveis e ambientalmente saudáveis para o atual modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade.

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

O estudante deve ser capaz de distinguir novas tecnologias e o papel da informação no contexto atual do processo de ensino-aprendizagem. Conforme a Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017, que estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, a aprendizagem poderá ser verificada a partir de alguns instrumentos de avaliação dentre as seguintes opções: seminários; trabalhos individuais e/ou em grupos; avaliações escritas e/ou orais/sinalizados; resenhas e participações em projetos. Como se vê, a avaliação ocorrerá de forma constante, ao longo das aulas.

Ainda como define a Resolução 50 em seu Art. 15, os resultados obtidos no processo de avaliação são expressos por conceitos, dessa forma, será satisfatório o estudante que obtiver conceito A, B ou C: A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE; conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; O conceito D é definido quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 2020.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2020.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012, 165p.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (coord.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

WERBACH, Adam. **Estratégia para sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

5.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, M. B.B. **Agroecologia no Brasil: História, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

STEEMBOCK, W.; VEZZANI, F. M. **Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza**. Curitiba: NEPEA UFPR, 2013, 148p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Eco-inovação: caminho para o crescimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2014.

CAPRA, Fritjof et al. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini; NOAL, Fernando Oliveira. **Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Florianópolis: UFSC, 2009.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: **Educação, gestão e o mundo de trabalho**

Componente Curricular: **Literatura, história e sociedade**

Carga Horária/Crédito(s): 30 horas/aulas - 2 créditos

2 – EMENTA

Estudo das relações entre discurso literário, historiografia e processo social. A estrutura social, os valores e ideologias e as formas estéticas. As relações entre história, memória e ficção. Mimese: literatura como representação do real e escrita do passado. A literatura como fonte para a escrita da história: questões teóricas e de método.

3 – Objetivos do Componente Curricular

3.1 Objetivo geral

- Subsidiar a compreensão crítica do discurso histórico e do discurso literário em sua inerente relação à sociedade.

3.2 Objetivos específicos

- Refletir as interrelações entre historiografia e literatura, história e memória, representação e narrativa.

- Compreender as relações entre história, memória e literatura;

- Compreender o papel da literatura na formação da consciência social e histórica;

- Problematizar a literatura como forma decolonização histórica.

4 – Métodos de Avaliação

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017.

Os estudantes deverão apresentar, ao final do componente curricular, uma produção textual de artigo de síntese, e/ou resenha e/ou ensaio, dentre outros gêneros discursivos eleitos pelas docentes.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

AUERBACH, Eric. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1971.

CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: Estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2013.
LENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra J. (Orgs.) **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: UNICAMP, 1998.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LASTROS, M. A. Espejo de dos rostros: modernidad y postmodernidad en el tratamiento de la historia. In: KOHUT, K. (ed.) **La invención del pasado. La novela histórica en el marco de la postmodernidad**. Frankfurt;Madrid: Vevuert, 1997. 130-136.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003.

SCHWARTZ, Roberto. **Cultura e Política**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2009.

VARGAS-LLOSA, M. **La verdad de las mentiras**. Ensayos sobre literatura. 2.Ed., Barcelona: Seix Barral, 1990.

WHITE, H. A **Questão da Narrativa na Teoria Contemporânea da História**. Revista de História, (2-3):47-89, 1991.

WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Introdução aos estudos decoloniais e pós-coloniais
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas/aulas - 2 créditos
2 – EMENTA O campo dos estudos pós-coloniais. Pós-colonialismo e políticas de descolonização. Decolonialidade e produção de conhecimento: o pensamento decolonial. Perspectivas decoloniais ocidentais e orientais. A construção da outridade. Decolonialidade na América Latina. Ressignificação dos conceitos de modernidade, civilização, gênero e raça. Colonialidade e relações de poder.
3 – Objetivos do Componente Curricular 3.1 Objetivo geral - Compreender as contribuições dos estudos pós-coloniais, da descolonização e da decolonialidade em nossa sociedade. 3.2 Objetivos específicos - Traçar um panorama teórico do campo decolonial: autores, conceitos e objetos de estudo; - Identificar as contribuições decoloniais ao campo de estudos sociais, históricos, literários e filosóficos; - Problematizar as noções coloniais sobre modernidade, civilização, gênero e raça. - Refletir sobre as relações de poder, subalternidade e outridade.
4 – Métodos de Avaliação A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos(as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013, e estabelecido na Portaria CONSUP/IFPR nº. 50/2017. Os estudantes deverão apresentar, ao final do componente curricular, uma produção textual de artigo de síntese, e/ou resenha e/ou ensaio, dentre outros gêneros discursivos eleitos pelas docentes.
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS BHABHA, H. K. O local da cultura . Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005. CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL R. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global . Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar.** Tradução de. Solange de Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020).

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silvano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural.** 2. ed. Rio de Janeiro, Rocco, 2000. p. 9-26.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: MIGNOLO, Walter (org.). **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento.** 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FREIRE, Paulo. [1970] **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROSFOGUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 115-147.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** DP&A: Rio de Janeiro, 2006.

LEDA, M. C. **Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade.** *Tematicas*, Campinas, SP, v. 23, n. 45, p. 101–126, 2015. DOI: 10.20396/tematicas.v23i45/46.11103. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11103>. Acesso em: 31 mar. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter (org.). **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento.** 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, C. **Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época.** Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** TOMO I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Educação financeira e consumo responsável
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas/ 2 créditos
2 – EMENTA
Reflexão sobre como nos relacionamos com o dinheiro. Consumo: a economia do consumo e a influência da publicidade para o consumo. Consumo responsável: sustentável e planejado. Orçamento e controle financeiro: conceitos, relevância e forma de operacionalizar (modelos). Poupança e investimento: tipos de investimentos; perfil de investidor, etc. Crédito e endividamento: empréstimos, financiamentos, cartão de crédito, taxas, etc.
3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)
3.1 Objetivo geral
Promover educação para o consumo e para finanças pessoais.
3.2 Objetivos específicos
- Proporcionar aos estudantes os conhecimentos básicos sobre finanças pessoais e consumo responsável;
- Oportunizar aos estudantes os conhecimentos das variáveis que impactam o orçamento pessoal e familiar;
- Promover aos estudantes conhecimentos básicos sobre poupança, endividamento e investimentos.
4 – Métodos de Avaliação
Sendo a avaliação parte do processo de ensino e de aprendizagem, e de caráter permanente e de diagnóstico, está poderá ser realizada mediante atividades diversas tais como: leitura, compreensão e síntese de tópicos abordados; resoluções de exercícios, individuais ou em grupo; debates e exposição oral de conclusões; além do registro escrito, por meio de textos ou respostas de questionamentos.
Assim, para fins de avaliação da aprendizagem na disciplina, os resultados obtidos no processo serão expressos por conceitos, conforme define a normativa do Instituto Federal do Paraná – IFPR, referentes ao cumprimento dos critérios que forem estabelecidos para as avaliações individuais e/ou em grupos.
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB,2013. 72 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando

_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf

POLITIZE. **Consumismo: você sabe o que é isso?** Publicado em 25 de julho de 2018. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/consumismo-o-que-e/>>.

WWF- BRASIL. **Cartilha para o Consumidor Responsável** - Dicas práticas para você colaborar com o meio ambiente no seu dia a dia. Disponível em: <https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/cartilha_para_o_consumidor_responsavel___wwf_brasil_1.pdf>.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, R. S. de.; MARQUES, A. T.; MEDEIROS, R. F. de; GADELHA, H. S.; CASTRO FILHO, H. M.; SANTOS, S. A. dos; MAIA, A. G.; VIEIRA, F. I. D. da M. Analysis of the challenges of consumerism and sustainable development in Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e35811225739, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25739.

ARCURI, Nathalia. **Guia prático me poupe!**: 33 dias para mudar sua vida financeira. Rio de Janeiro: Sextante, 2020. 175 p.

NIGRO, Thiago. **Do mil ao milhão**: sem cortar o cafezinho. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018. 222 p.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Economia solidária e desenvolvimento local
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas/ 2 créditos
2 – EMENTA
Cooperativismo popular e as raízes históricas da Economia Solidária. Conceitos e princípios da Economia Solidária. Expressões da economia solidária e tipos de empreendimentos solidários. Desenvolvimento local: atores/protagonistas, inclusão social, sustentabilidade e políticas públicas. Relação entre a economia solidária e o desenvolvimento local.
3 – Objetivos do Componente Curricular
3.1 Objetivo geral
Compreender o movimento da economia solidária e seu impacto no desenvolvimento local.
3.2 Objetivos específicos
- Debater as raízes e os conceitos da economia solidária;
- Proporcionar aos estudantes o conhecimento sobre os princípios e os valores da economia solidária;
- Desenvolver no estudante o conhecimento sobre as diferentes expressões da economia solidária;
- Debater os conceitos e os atores do desenvolvimento local;
- Compreender a relação entre a economia solidária e o desenvolvimento local
4 – Métodos de Avaliação
Sendo a avaliação parte do processo de ensino e de aprendizagem, e de caráter permanente e de diagnóstico, está poderá ser realizada mediante atividades diversas tais como: leitura, compreensão e síntese de tópicos abordados; resoluções de exercícios, individuais ou em grupo; debates e exposição oral de conclusões; além do registro escrito, por meio de textos ou respostas de questionamentos.
Assim, para fins de avaliação da aprendizagem na disciplina, os resultados obtidos no processo serão expressos por conceitos, conforme define a normativa do Instituto Federal do Paraná – IFPR, referentes ao cumprimento dos critérios que forem estabelecidos para as avaliações individuais e/ou em grupos.
5 – REFERÊNCIAS
5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS
SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SUGIMOTO, Dora. **Políticas públicas e desenvolvimento local**. Brasília, DF: NT Editora, 2014. 139 p.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, ITCP/COPPE, 2003.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Intersaberes, 2012. 160 p.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Gestão de Pessoas e Inteligência Emocional
Carga Horária/Crédito(s): 30 h / 2 créditos
2 – EMENTA
A importância das relações humanas na gestão organizacional. Estudo do comportamento humano nas relações interpessoais. A prática da liderança e da autonomia na gestão organizacional. A importância da inteligência emocional e sua contribuição para a área de gestão de pessoas.
3 – Objetivos do Componente Curricular
3.1 Objetivo Geral Desenvolver a capacidade de diagnosticar e analisar a gestão de pessoas nas organizações com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de habilidades em gestão de pessoas, levando em consideração a inteligência emocional e suas técnicas como fator imprescindível para obter o equilíbrio entre a razão e a emoção diante das diversas situações encontradas no dia a dia das organizações como na vida pessoal dos colaboradores.
3.2 Objetivos Específicos
- Aprofundar e discutir a Gestão Organizacional, bem como as relações interpessoais; - Possibilitar aos participantes do curso um espaço para a problematização, construção de novos conhecimentos e a troca de experiências sobre os novos desafios que se colocam no âmbito organizacional e no mercado de trabalho em geral; - Apresentar os conceitos referentes à inteligência emocional e suas competências, bem como uma análise geral sobre a inteligência emocional e a gestão das emoções; - Demonstrar que a motivação e a liderança são chaves propulsoras para o desenvolvimento das equipes.
4 – Métodos de Avaliação
A avaliação será efetuada durante todo o percurso do componente curricular. Para acompanhar o desenvolvimento do aprendizado discente serão realizadas aulas expositivas e dialogadas, trabalhos individuais e em grupo, dinâmicas de grupo e também pela apresentação de seminários. Apresentação, discussão e desenvolvimento de cases.
5 – REFERÊNCIAS
REFERÊNCIAS BÁSICAS BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas . Porto Alegre: Bookman, 2004. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas . 3. ed. São Paulo: Campus, 2010. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADRIANA CARVALHO. **Desenvolvimento de liderança e de equipe**. Contentus, 2020. (Ebook) CZAJKOWSKI, Adriana; MÜLLER, Rodrigo; OLIVEIRA, Vanderleia Stece de. **Construindo relacionamentos no contexto organizacional**. Editora Intersaberes, 2020. (Ebook)

COHEN, Allan R. e FINK, Stephen L. **Comportamento organizacional: conceitos e estudos de casos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DUBRIN, A. J. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2008. HITT, M. A.; MILLER, C. C., & COLELLA, A.

Comportamento Organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ROBBINS, S; JUDGE, T.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Gestão da Inovação
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas / 2 créditos
2 – EMENTA
A inovação schumpeteriana. Tipos de inovação. Ecossistemas e habitats de inovação. Incubação de empresas e a inovação aberta. Cultura inovadora e a geração de ideias. Educação inovadora.
3 – Objetivos do Componente Curricular
3.1 Objetivo geral
Apresentar os fundamentos da inovação e de sua aplicação em ambientes organizacionais e educacionais.
3.2 Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os principais aspectos teóricos da inovação e sua potencialidade; - Conhecer modelos de ambientes e de metodologia para a inovação; - Debater os aspectos da cultura inovadora nas organizações.
4 – Métodos de Avaliação
<p>A avaliação será formativa, qualitativa e contínua, servindo como instrumento de reflexão para docente e discentes. O conceito mínimo para aprovação na disciplina é C e a frequência mínima é de 75% das aulas. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos (as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013.</p> <p>Conforme a Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017, que estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, a aprendizagem poderá ser verificada a partir de instrumentos de avaliação dentre as seguintes opções: seminários; trabalhos individuais e/ou em grupos; avaliações escritas e/ou orais/sinalizados; resenhas e participações em projetos. Ainda como define a Resolução 50 em seu Art. 15, os resultados obtidos no processo de avaliação são expressos por conceitos, dessa forma, será satisfatório o estudante que obtiver conceito A, B ou C: A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE; conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios</p>

propostos no plano de ensino; O conceito D é definido quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

O NAPNE ficará responsável por elaborar o plano de ensino individualizado (PEI), a partir da avaliação e análise das necessidades educacionais especiais do estudante. O documento tem a finalidade de identificar as dificuldades e potencialidades, bem como sugerir adaptações no manejo, ensino e avaliação para minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas, que dificultem o acesso, permanência e êxito escolar. São entendidos como estudantes com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentam deficiência, conforme lei 13.146/2015, transtorno do espectro autista (TEA), transtornos da aprendizagem, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos. Também podem ser atendidos estudantes com transtornos psicológicos diagnosticados, mediante indicação médica.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRUNO-FARIA, Maria de Fátima; VARGAS, Eduardo Raupp de; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina (org.). **Criatividade e inovação nas organizações: desafios para a competitividade**. São Paulo: Atlas, 2013. 231 p.

CAMELO, Sílvia Helena Henriques. **Gestão da inovação e competitividade**. Editora Pearson, 2018, 141 p.

SCHERER, Felipe Ost; CARLOMAGNO, Maximiliano Selistre. **Gestão da inovação na prática: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 206 p.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DEPINÉ, A.; TEIXEIRA, C. S. (Org.) **Habitats de Inovação: conceito e prática**. São Paulo: Perse. 294p. v.1: il. 2018. e-book. Disponível em: <https://via.ufsc.br/downloadebook-habitats-de-inovacao-conceito-e-pratica/>.

KOLKO, Jon. **Do design thinking ao design doing: Como usar a empatia para criar produtos que as pessoas amam**. M. Books, 2018.

TEIXEIRA, C. S.; TRZECIAK, D. S.; VARVAKIS, G. (Org.) **Ecossistema de inovação: Alinhamento conceitual**. Florianópolis: Perse, 24p.: il. 2017. e-book. Disponível em: <https://via.ufsc.br/download-ebook-ecossistema-de-inovacao/>.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Educação, gestão e o mundo de trabalho
Componente Curricular: Tecnologia da Informação e Comunicação
Carga Horária/Crédito(s): 30 horas / 2 créditos
2 – EMENTA
Dispositivos digitais como ferramentas de construção do conhecimento. Aplicativos como ferramenta de apoio pedagógico. Mídias para uso em sala de aula. Técnicas de design para construção de material pedagógico.
3 – Objetivos do Componente Curricular
3.1 Objetivo geral
Oferecer formação em informática educativa apoiada por tecnologias da informação e comunicação.
3.2 Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Promover a reflexão sobre o potencial pedagógico das tecnologias de informação e comunicação no âmbito escolar; - Instrumentalizar o estudante através de ferramentas computacionais que agreguem qualidade técnica às práticas pedagógicas; - Apresentar técnicas de design e comunicação aplicadas às ferramentas computacionais.
4 – Métodos de Avaliação
A avaliação será formativa, qualitativa e contínua, servindo como instrumento de reflexão para docente e discentes. O conceito mínimo para aprovação na disciplina é C e a frequência mínima é de 75% das aulas. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos (as) estudantes de menor rendimento. Segundo a mesma lei, a oferta de estudos de recuperação é obrigatória, de preferência, paralelamente ao período letivo, para os casos de estudantes com baixo rendimento escolar. A Recuperação Paralela refere-se à recuperação de conteúdos e de resultados (conceitos), e compreende nova(s) situação(ões) de ensino aprendizagem e de avaliação(ões), o que é recomendado no Parecer CNE/CEB nº.12/1997, esclarecido na Nota sobre Estudos de Recuperação do CNE/CEB/2013.
Conforme a Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017, que estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, a aprendizagem poderá ser verificada a partir de instrumentos de avaliação dentre as seguintes opções: seminários; trabalhos individuais e/ou em grupos; avaliações escritas e/ou orais/sinalizados; resenhas e participações em projetos. Ainda como define a Resolução 50 em seu Art. 15, os resultados obtidos no processo de avaliação são expressos por conceitos, dessa forma, será satisfatório o estudante que obtiver conceito A, B ou C: A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA

e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE; conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino; O conceito D é definido quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

O NAPNE ficará responsável por elaborar o plano de ensino individualizado (PEI), a partir da avaliação e análise das necessidades educacionais especiais do estudante. O documento tem a finalidade de identificar as dificuldades e potencialidades, bem como sugerir adaptações no manejo, ensino e avaliação para minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas, que dificultem o acesso, permanência e êxito escolar. São entendidos como estudantes com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentam deficiência, conforme lei 13.146/2015, transtorno do espectro autista (TEA), transtornos da aprendizagem, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos. Também podem ser atendidos estudantes com transtornos psicológicos diagnosticados, mediante indicação médica.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

FANTIN, Mônica. **Dos consumos culturais aos usos das mídias e tecnologias na prática docentes.** 2008. Disponível em: <http://www.nica.ufsc.br/index.php/publicacoes/fantin>. Acesso em 12/04/2023.

REIS, Wellington J. dos. **Libreoffice Impress 4.2 - Dominando Apresentações.** 1. ed. São Paulo: Viena, 2014.

WILLIAMS, Robin. **Design para quem não é designer: princípios de design e tipografia para iniciantes.** Callis Editora, 2013.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MOURA, A.; CARVALHO, A. A. **Podcast: Potencialidades na Educação.** Revista Prisma.com, 3, pp. 88-110, 2006.

PETER, Cris. **O uso das cores.** Marsupial Editora, 2014.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade.** 9. ed. rev. e atual. e ampl. São Paulo: Érica, 2013.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: **Educação, gestão e o mundo de trabalho**

Componente Curricular: **Gestão estratégica para a sustentabilidade**

Carga Horária/Crédito(s): **30 horas/aulas - 2 créditos**

2 – EMENTA

A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Conhecimento das complexidades entre os ambientes econômico, social e ecológico. A sustentabilidade no contexto organizacional. Estudo conceitual e prática da sustentabilidade na perspectiva econômica, social e ambiental. Gestão estratégica e sustentabilidade. Modelos de negócio sustentáveis. Ferramentas e indicadores de sustentabilidade.

3 – Objetivos do Componente Curricular

3.1 Objetivo geral

- Desenvolver capacidade crítica e analítica em relação ao conceito e prática da sustentabilidade no contexto organizacional, de modo a ser capaz de analisar e questionar os métodos e processos estratégicos de uma organização.

3.2 Objetivos específicos

- Compreender a evolução e o conceito de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade nas organizações;
- Refletir sobre a complexidade entre os ambientes econômico, social e ecológico.
- Compreender a prática da sustentabilidade organizacional na perspectiva econômica, social e ambiental;
- Conhecer ferramentas e indicadores de apoio à gestão estratégica da sustentabilidade;

4 – Métodos de Avaliação

As aulas serão expositivas e dialogadas, estimulando reflexões e críticas em relação aos temas abordados, por meio de leituras, debates e/ou seminários referentes aos autores e casos estudados. A avaliação será efetuada durante todo o percurso do componente curricular, podendo ser utilizados diversos instrumentos, tais como produção textual de artigo e/ou resenha, discussão e apresentação de casos de estudo e/ou artigos, dentre outras atividades em grupo e/ou individual, conforme selecionado pela docente.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORREA, R. O. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J. & PARNEL, John. **“Administração Estratégica”**. São Paulo: Atlas, 2009.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca: sustentabilidade**. São Paulo: M. Books, 2012.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

VAN BELLEN, Hans. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** RJ: FVG, 2005.

MUNCK, L. **Gestão da Sustentabilidade em Contexto Organizacional:** Integrando Sensemaking, Narrativas e Processo Decisório Estratégico. *Organizações & Sociedade*, 22(75), 521-537, 2015.

KRUGLIANSKAS, I.; PINSKY, V. C. **Gestão estratégica da sustentabilidade:** experiências brasileiras. São Paulo: Elsevier, 2014.

BECKMANN, M.; HIELSCHER, S.; PIES, H.; **Commitment strategies for sustainability:** how business firms can transform trade-offs into win-win outcomes. *Business Strategy and The Environment*, v. 23, p. 18-37, 2014.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: **Educação, gestão e o mundo de trabalho**

Componente Curricular: **Inovação social e empreendedorismo social**

Carga Horária/Crédito(s): **30 horas/aulas - 2 créditos**

2 – EMENTA

Discussão teórico-conceitual dos temas inovação social e empreendedorismo social. Iniciativas e soluções inovadoras no contexto socioambiental. Modelos de negócio sociais. Semelhanças e distinções entre o empreendedorismo social/inovação social e o empreendedorismo/inovação tradicional. Processo e gestão da inovação social e empreendedorismo social.

3 – Objetivos do Componente Curricular

3.1 Objetivo geral

- Compreender a discussão teórico-conceitual que envolve os temas Inovação Social e Empreendedorismo Social, de modo a ser capaz de analisar e propor iniciativas e soluções relacionadas aos problemas socioambientais.

3.2 Objetivos específicos

- Compreender a evolução conceitual e prática do empreendedorismo social e inovação social;
- Desenvolver competências empreendedoras voltadas a iniciativas e soluções socioambientais;
- Pensar de forma inovadora, a fim de criar soluções no campo socioambiental;
- Compreender as semelhanças e distinções entre social/inovação social e o empreendedorismo/inovação tradicional.
- Compreender o processo e gestão da inovação social/empreendedorismo social.

4 – Métodos de Avaliação

As aulas serão expositivas e dialogadas, estimulando reflexões e críticas em relação aos temas abordados, por meio de leituras, debates e/ou seminários referentes aos autores e casos estudados.

A avaliação será efetuada durante todo o percurso do componente curricular, podendo ser utilizados diversos instrumentos, tais como produção textual de artigo e/ou resenha, discussão e apresentação de casos de estudo e/ou artigos, dentre outras atividades em grupo e/ou individual, conforme selecionado pela docente.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

Dees, J. 1998. **The Meaning of Social Entrepreneurship**. Boston, MA: Harvard Business School.

Yunus, M. 2007. **Creating a World without poverty: Social Business and the future of capitalism**. New York: Public Affairs.

Austin, J.; Reficco, E.; et al. **Creating social and economic value**. In: SEKN – Social Enterprise Knowledge Network. Effective management of social enterprises: lessons

from business and civil society organizations in IberoAmerica. Cambridge, MA: Harvard University, 2006.

Barki, E.; Comini, G. Torres, H.G. (org). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar, São Paulo: FGV, 2019.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Dawson, P.; Daniel, L. **Understanding Social Innovation**: A Provisional Framework. *Int. J. Technol. Manag.* 2010, 51, 9–21.

Van der Have, R. P., & Rubalcaba, L. **Social Innovation Research**: An emerging area of innovatiopor meio da Análise de Redes. *Brazilian Business Review*, 18, p.450-467, 2021.n studies? *Research Policy*, 45, 1923-1945, 2016.

BATAGLIN, J. C. et al. **Inovação Social**: um Estudo da Publicação Científica Internacional

14. PROCESSO SELETIVO

14.1 Pré-requisitos

Serão pré-requisitos a formação superior completa em cursos de graduação ou tecnólogos nas áreas do conhecimento deste curso, devendo ser respeitadas as definições e normas sobre a política de cotas nos cursos e programas de Pós-graduação no âmbito do IFPR, de acordo com a Resolução CONSUP/IFPR n° 36 de 01 de outubro de 2021. Além disso, compõe o processo de seleção uma prova discursiva com duas questões de cunho argumentativo sobre um tema voltado para as áreas da pós-graduação, a partir de textos previamente disponibilizados para leitura; e uma entrevista com os candidatos que obtiveram nota 7,0 ou mais na prova escrita.

14.2 Etapas de seleção/avaliação:

A seleção dar-se-á por meio de análise de prova escrita e entrevista a serem aplicadas em datas estipuladas em edital próprio:

1ª etapa: A prova escrita será composta de duas questões de cunho argumentativo sobre um tema relacionado à pós graduação em questão, estando relacionados à gestão, à educação ou ao mundo do trabalho, a partir de textos previamente disponibilizados para a leitura;

2ª etapa: Após avaliação das provas escritas dos/das candidatos/as, os/as inscritos/as que tiverem obtido mais de 7,0 na prova escrita participarão de uma entrevista com uma banca a ser denominada via portaria específica. Na entrevista, serão questionados aspectos relacionados à formação do estudante, ao interesse pela vaga e às possibilidades de estudos a serem conduzidos durante o curso.

14.3 Critérios de cada etapa:

1ª Etapa - Prova escrita

Critério 1: capacidade de produção de um texto coeso e coerente, respeitando o gênero discursivo solicitado - 0 a 3 pontos;

Critério 2: domínio das questões teóricas apontadas pela bibliografia para a reflexão do tema em questão - 0 a 3 pontos;

Critério 3: capacidade de refletir mediante uma situação problema - 0 a 4 pontos.

2ª Etapa - Entrevista

Critério 1: Apresentação de forma coesa e coerente de sua trajetória acadêmica - 0 a 3 pontos;

Critério 2: Exposição dos motivos que levaram a escolher a pós graduação - 0 a 3 pontos;

Critérios 3 - Apresentação das possibilidades de estudos a serem desenvolvidos ao longo do curso - 0 a 4 pontos.

Os/As candidatos (as) serão classificados em ordem decrescente da maior pontuação obtida. Destes, os trinta candidatos(as) com maior pontuação serão aprovados

14.4 Critérios de desempate:

Caso haja empate, o critério para desempate será a maior idade.

15. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.048** de 08 de novembro de 2000. dispõe sobre a prioridade de atendimento às QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. disponível em:<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10048&ano=2000&ato=4b0oXSU1EMNpWT339>> acesso em 14 out 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. dispõe sobre Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm acesso em 14 out 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado em sala de aula. disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> acessado em 14 out 2022.

BRASIL. **Resolução 50 de 14 de julho de 2017**. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. IFPR, 2017.

ORTOLAN, A. A. **Aspectos da construção histórica do Sudoeste do Paraná e da cidade de Francisco Beltrão**. In: Revista Faz Ciência. Francisco Beltrão, v. 9, n. 9, 2007.

16. DOCUMENTOS

1. Regulamento TCC
2. Regulamento Atividades Complementares;
3. Portaria CEC atualizada, quando couber;
4. Atas de reunião da CEC;

ANEXO I

REGULAMENTO PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, GESTÃO E O MUNDO DO TRABALHO

APRESENTAÇÃO

Este documento tem como intenção orientar os estudantes do curso de Especialização em Educação, Gestão e o Mundo do Trabalho, do Campus Avançado Coronel Vivida, do Instituto Federal do Paraná, a respeito do Trabalho de Conclusão de Curso. O referido trabalho deverá ser um artigo de cunho científico e se configura como requisito parcial para a conclusão do curso.

O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O artigo de conclusão de curso deve ser desenvolvido pelo estudante, com a supervisão de um orientador a ser designado pelo colegiado de curso, de acordo com os interesses das partes envolvidas e a disponibilidade de orientação. É um momento de reflexão, leitura e prática dos conhecimentos adquiridos durante todo o curso, em especial dos componentes de “Seminário de Pesquisa I” e “Seminário de Pesquisa II”, e que estreita os laços entre o estudante e o tema de seu interesse a ser pesquisado.

OBJETIVO GERAL

- Desenvolver um trabalho de conclusão de curso em um tema relativo às áreas de conhecimento do curso de Especialização em Educação, Gestão e o Mundo do Trabalho a saber: **Gestão, desenvolvimento e sustentabilidade; Mundo do trabalho, cidadania e Direitos Humanos; Educação, Linguagem e Tecnologias.**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre o tema de pesquisa.
- Desenvolver habilidades relacionadas à investigação científica.
- Aplicar conhecimentos de metodologia de pesquisa.
- Aplicar teorias e conceitos adquiridos durante o curso.
- Desenvolver habilidade de planejamento e disciplina.
- Estimular o interesse à pesquisa e a produção científica.
- Promover a integração do ensino e da pesquisa.
- Redigir um artigo científico.

*As normas para formatação do artigo devem seguir as regras vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) quando da redação do trabalho.

O PROFESSOR ORIENTADOR

O professor-orientador deverá ser indicado pelo Colegiado do Curso, com base no interesse temático expresso pelos estudantes no formulário “Proposta de Trabalho de Conclusão de Curso” (ANEXO 1), e na disponibilidade dos orientadores, respeitando o limite máximo de **quatro** orientandos por professor. O professor orientador deve estar vinculado ao curso e ser pertencente ao quadro de servidores do Instituto Federal do Paraná.

Funções do orientador:

- Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do artigo, em todas as fases.
- Indicar correções a serem feitas no artigo.
- Organizar cronograma e horários de orientações.
- Informar o orientando a respeito das normas constantes deste regulamento.
- Auxiliar na escolha e fazer indicações de bibliografia básica para o trabalho.

- Registrar frequência e desenvolvimento das orientações.
- Orientar o discente para a apresentação no Seminário de pesquisa;
- Atribuir o conceito final do estudante no trabalho de conclusão de curso, conforme o desenvolvimento do trabalho (processo), escrita final do artigo (produto) levando em consideração também a avaliação feita pelo segundo avaliador.

Atribuições do orientando:

- Seguir as normas deste regulamento.
- Definir a temática e forma de execução do artigo junto ao orientador.
- Cumprir o plano de trabalho estabelecido com o orientador.
- Estar presente nas orientações marcadas com o orientador.
- Manter rigor científico e seguir normas da ABNT na formatação do artigo.
- Ser pontual na entrega da versão final do artigo.
- Apresentar seu projeto de pesquisa em andamento nos Seminários de pesquisa organizado na instituição.

CONFIGURAÇÕES GERAIS

Os textos devem ser redigidos em fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5. O tamanho do papel deve ser A4, texto justificado, com numeração contínua de páginas constando da margem inferior direita. As margens do papel devem ser de 3 centímetros nas margens direita e esquerda e 2,5 cm nas margens superior e inferior.

O artigo deve conter título, resumo e palavras-chave tanto na língua portuguesa quanto na língua inglesa. O resumo deve ter um máximo de 300 palavras, contendo o motivo e o objetivo da pesquisa, os métodos, os resultados e as conclusões mais importantes, em fonte 10 e espaçamento simples. As

palavras-chave devem ser um mínimo de 3 e máximo 5, separadas por ponto. O artigo deve ser entregue com um número mínimo de 10 e máximo de 15 páginas (incluindo referências).

As citações, notas de rodapé e referências bibliográficas devem seguir o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), seguindo as regras vigentes à época da escrita do artigo.

O nome do autor deve ser escrito abaixo do título e alinhado à direita na primeira página do artigo. O nome do orientador deve constar abaixo do nome do autor, sendo indicado entre parênteses, depois do nome, que é o orientador.

AVALIAÇÃO

O trabalho será avaliado por uma banca composta pelo orientador e por outros dois professores, um obrigatoriamente sendo vinculado ao IFPR. Salienta-se que, para a composição da banca de avaliação, podem participar membros externos com a devida formação na área de conhecimento do trabalho em questão. Além disso, o processo de avaliação será dividido em dois momentos: avaliação do trabalho escrito e apresentação oral do estudo.,

O artigo será julgado quanto ao tema (relevância científica e pertencimento às áreas de interesse do curso); metodologia (consistência teórica e metodológica); desenvolvimento (análise crítica e reflexiva do tema); rigor científico; correção textual; e formatação e estrutura (incluindo coesão, digitação e pontuação).

Quanto à apresentação do estudo, serão observados os seguintes aspectos: domínio do conteúdo, organização da apresentação, habilidades de comunicação e expressão, capacidade de argumentação, uso dos recursos audiovisuais e acuidade linguística.

O trabalho deve ser apresentado no período de tempo compreendido entre 20 e 30 minutos, cabendo à banca examinadora, após a exposição, arguir sobre estudo em questão, caso julgue necessário.

Os artigos, quando autorizados para entrega pelo orientador, serão encaminhados para a avaliação. O prazo estipulado para a entrega final do artigo deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de reprovação. Casos excepcionais devem ser julgados pelo colegiado do curso, tendo sido feita a solicitação de prorrogação de prazo junto à coordenação (ANEXO 2).

O estudante que cometer plágio ou outras infrações referentes a direitos autorais ou a questões éticas será, em qualquer tempo, reprovado. Caso as infrações sejam comprovadas após a avaliação, mesmo o artigo tendo sido aprovado, será anulado.

Para aprovação no trabalho de conclusão de curso, o acadêmico deverá ter frequência regular nos encontros de orientação e conceito mínimo C atribuído pela banca avaliadora.

ANEXO I DO REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROPOSTA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do estudante:	
Título do trabalho:	
Objetivo do artigo:	
Breve descrição do trabalho:	

(Assinatura)

(Cidade, data)

ANEXO II DO REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA TÉRMINO DO CURSO REQUERIMENTO

**PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, GESTÃO E O MUNDO DO TRABALHO**

Nome do discente: _____

Matrícula: _____

Data de admissão: _____

Nome do orientador: _____

Prazo requerido: _____ meses

Data final de entrega do artigo de conclusão de curso: _____

Venho, por meio deste documento, solicitar ao Colegiado deste curso a prorrogação de prazo para conclusão de curso de especialização lato sensu.

Justifique abaixo:

Coronel Vivida, _____ de _____ de 20__.

Estudante(a)

ANEXO II

REGULAMENTO PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES - ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, GESTÃO E O MUNDO DO TRABALHO

APRESENTAÇÃO

São consideradas Atividades Complementares todas as atividades de natureza acadêmica, científica, artística, esportiva e cultural que buscam a integração e/ou articulação entre a pós graduação junto à inovação, à pesquisa e à extensão, e que não estão compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares obrigatórios do currículo pleno.

É obrigatório e de responsabilidade dos estudantes dos cursos que tiverem o requisito explicitado no Projeto Pedagógico de Curso o cumprimento da carga horária destinada às Atividades Complementares, sendo o seu integral cumprimento, indispensável para a Conclusão do Curso.

As Atividades Complementares poderão ser validadas a partir do ingresso do estudante no Curso, desde que os comprovantes de participação sejam devidamente protocolados junto à comissão específica designada pela direção geral do campus em data estipulada por edital específico.

DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas no próprio IFPR ou em organizações públicas e privadas que propiciem a complementação da formação do estudante e devem ser realizadas, preferencialmente, em horários distintos do curso frequentado, não podendo ser utilizadas para justificativa de faltas.

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são ações curriculares que possibilitam a formação complementar e interdisciplinar do estudante, as quais estão classificadas em três grupos:

I - Atividades de Ensino;

II - Atividades de pesquisa, extensão e inovação;

III. – Atividades de formação social, humana e cultural.

Das Atividades de Ensino (Máximo de 10 horas)

No presente regulamento serão consideradas Atividades de Ensino aquelas realizadas no âmbito do próprio curso, mediante apresentação de certificação, podendo ser:

- a. aula magna - até 3 horas;
- b. Palestras - até 3 horas;
- c. fóruns e seminários - até 3 horas;
- d. conferências e congressos - até 3 horas;
- e. Debates -até 3 horas;
- f. Encontros - até 3 horas;
- g. jornadas acadêmicas - até 8 horas;
- h. Simpósios- até 8 horas;
- i. visitas monitoradas realizadas pelo IFPR - até 3 horas;
- j. atividades de campo - até 3 horas;

- k. outros cursos técnicos ou de graduação em áreas correlatas ao curso - até 10 horas;
- l. curso de qualificação em áreas correlatas ao curso (FIC – Formação Inicial e Continuada; FC - Formação Continuada) - até 10 horas;
- m. participação em projetos de ensino - até 8 horas;
- p. participação em grupos de estudos- até 3 horas.

Das Atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação (Máximo de 10 horas)

São consideradas Atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação aquelas que se referem à produção do conhecimento, por meio de estudos específicos, visando a desenvolver no estudante a vocação, o interesse e a aptidão para a investigação, com vistas ao avanço científico, cultural, tecnológico e socioeconômico da região e do país. Serão consideradas Atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação:

- a. participação em projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação - até 10 horas;
- b. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários - até 8 horas;
- c. participação como expositor em exposições técnico científicas - até 8 horas;
- d. participação na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico - até 5 horas;
- e. publicações em revistas técnicas- até 5 horas;
- f. publicações em anais de eventos técnico científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional - até 10 horas;
- g. livro ou capítulo de livros publicados - até 10 horas;
- h. participação em grupos de pesquisas- até 5 horas;
- i. participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares - até 5 horas.

Das Atividades de formação social, humana e cultural (Máximo de 10 horas)

Serão consideradas Atividades de Formação Social, Humana e Cultural as seguintes atividades:

- a. participação em atividades esportiva - até 5 horas;
- b. participação em cursos de língua estrangeira - até 5 horas;
- c. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras - até 5 horas;
- d. participação na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultura - até 5 horas;
- e. participação como expositor em exposição artística ou cultural- até 5 horas;
- f. participação em trabalho voluntário, atividades comunitárias, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS), associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares - até 5 horas;
- g. participação em atividades beneficentes - até 5 horas;
- h. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados- até 5 horas;
- i. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar- até 5 horas.

DO PROTOCOLO E VALIDAÇÃO

Somente serão reconhecidas as Atividades Complementares que forem aprovadas e registradas por uma Comissão Verificadora designada pelo Direção geral do campus para esse fim, não sendo consideradas as atividades realizadas antes do ingresso no curso respectivo. Para a validação, é necessário o protocolo do certificado e/ou declaração da participação na referida atividade.

Caberá à Comissão Verificadora, analisar e validar o aproveitamento das Atividades Complementares, estabelecendo critérios e instrumentos de avaliação, tendo como referência as modalidades de participação, carga horária e créditos previstos, conforme apresentação de documento hábil (certificados, diplomas, forma de relatórios, etc...).

O registro da efetivação das Atividades Complementares constará no Histórico Escolar e será feito pela Secretaria Acadêmica.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Casos omissos serão apreciados pela Comissão responsável pelas Atividades Complementares e pela Direção geral do campus.